



Demonstrações Financeiras 2020

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento do Norte Mato-Grossense e
Oeste Paraense - Sicredi Grandes Rios MT/PA**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**





EY
Building a better
working world

Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar - Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre - RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte Mato-Grossense e Oeste Paraense - Sicredi Grandes Rios MT/PA
Colíder / MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte Mato-Grossense e Oeste Paraense - Sicredi Grandes Rios MT/PA ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte Mato-Grossense e Oeste Paraense - Sicredi Grandes Rios MT/PA em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



EY

Building a better
working world

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Building a better
working world

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 01 de março de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6


Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte Mato-Grossense e Oeste Paraense - Sicredi Grandes Rios MT/PA, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A cooperativa no decorrer do exercício social de 2020 atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua, além de diversas ações sociais. Podemos destacar os seguintes negócios sociais: Programa a União faz a Vida; Programa Crescer; Programa de Educação financeira; Comitê Mulher; Ação Gente que Coopera Cuida em prevenção ao COVID 19; Ação Eu Coopero com a Economia Local; feirões de energia solar; Feirão de veículos.

Durante a Semana do Dia de Cooperar foram realizadas 71 ações em toda a cooperativa, entre elas arrecadações de cestas básicas, doação kits de materiais de limpeza, ajuda a uma associação protetora de animais abandonados, doação de sangue, homenagens e solidariedade que levamos aos profissionais da linha de frente no combate a pandemia, entre eles profissionais da saúde, da limpeza urbana, bombeiros e policiais militares.

Durante este período podemos destacar os seguintes fatos administrativos: Expansão da cooperativa com abertura de 4 (quatro) novas agências, sendo 2 (duas) agências inauguradas em Santarém - PA 1 (uma) agências em Colíder - MT e 1 (uma) em Moraes Almeida - PA.

Enfrentamento da Pandemia

Ao longo de todo o ano seguimos enfrentando a pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. O Sicredi esteve junto à população, prestando o atendimento necessário aos associados, colaboradores e às comunidades. Tomamos os cuidados para evitar a propagação da doença, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes no combate ao vírus; e mantivemos viva a nossa missão: valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. Como é intrínseco do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilita ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios. Em um ano marcado pelo distanciamento humano, nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo) viabilizaram muitas de nossas demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações.

Por meio de movimentos como Gente que Coopera Cuida e Eu Coopero com a Economia Local cuidamos das pessoas; tivemos o bem-estar de colaboradores e associados como foco e reafirmamos a força do cooperativismo como motor capaz de contribuir com a continuidade da atividade econômica no país.

A cooperativa atuou fortemente neste momento de crise para que as demandas dos associados fossem sempre atendidas. Dentre as ações de enfrentamento à pandemia, destacamos: Campanha Eu Coopero com a Economia Local; Materiais promocionais distribuídos aos associados PJ PQ e MEI - Adesivos - Placas de Aberto Fechado - Bonés - Aventais; Ações de divulgação de feirantes e autônomos; Doações cestas básicas para população em risco social; Doação de máscaras de pano para comunidade; Doações de EPI e equipamentos hospitalares para entidades da área de saúde ligadas ao poder público.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte Mato-Grossense e Oeste Paraense - Sicredi Grandes Rios MT/PA
CNPJ/MF nº 37.442.605/0001-42

ATIVO		31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		2.167.980	1.337.281	PASSIVO		1.774.398	1.011.511
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	25.963	28.924	DEPÓSITOS	(Nota 12)	1.246.575	705.534
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		2.118.757	1.297.475	Depósitos à vista		643.250	279.888
Aplicações interfinanceiros de liquidez	(Nota 05)	13.701	20.087	Depósitos interfinanceiros		117.869	71.640
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	335.991	73.358	Depósitos a prazo		485.456	354.006
Centralização financeira	(Nota 04)	243.412	133.554	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		371.520	214.979
Relações interfinanceiras ativas		377	489	Relações interfinanceiras	(Nota 13)	347.266	183.615
Operações de crédito	(Nota 07)	1.437.370	1.004.288	Obrigações por empréstimos	(Nota 14)	9.233	17.260
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	87.906	65.699	Obrigações por repasses	(Nota 15)	1.646	-
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(72.300)	(65.014)	Outros passivos financeiros	(Nota 16)	13.375	14.104
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	18.404	18.184	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 17)	93	88
INVESTIMENTOS	(Nota 10)	39.235	25.491	OUTROS PASSIVOS	(Nota 18)	156.210	90.910
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 11)	31.799	25.894				
INTANGÍVEL	(Nota 11)	6.122	6.327	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 19)	393.582	325.770
				CAPITAL SOCIAL		207.120	179.556
				RESERVAS DE SOBRAS		160.581	125.985
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		25.881	20.229
TOTAL DO ATIVO		2.167.980	1.337.281	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.167.980	1.337.281

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte Mato-Grossense e Oeste Paraense - Sicredi Grandes Rios MT/PA
CNPJ/MF nº 37.442.605/0001-42

Descrição das contas	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	93.607	188.907	171.306
Operações de crédito	(Nota 07)	88.258	180.140
Resultado títulos e valores mobiliários		5.349	8.767
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(26.331)	(58.156)	(57.712)
Operações de captação no mercado	(6.707)	(15.713)	(17.352)
Operações de empréstimos e repasses	(6.459)	(11.967)	(11.048)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(Nota 07)	(13.165)	(30.476)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	67.276	130.751	113.594
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(27.180)	(54.918)	(48.813)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	31.881	58.955	47.482
Rendas de tarifas bancárias	8.295	16.012	14.216
Dispêndios e despesas de pessoal	(Nota 22)	(26.215)	(50.250)
Outros dispêndios e despesas administrativas	(Nota 23)	(30.917)	(58.228)
Dispêndios e despesas tributárias	(306)	(1.122)	(1.592)
Outros ingressos e receitas operacionais	(Nota 24)	12.106	21.584
Outros dispêndios e despesas operacionais	(Nota 25)	(22.024)	(41.869)
RESULTADO OPERACIONAL	40.096	75.833	64.781
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(105)	2.211	(1.598)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	39.991	78.044	63.183
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	856	(768)	(943)
Provisão para Imposto de Renda	542	(469)	(577)
Provisão para Contribuição Social	314	(299)	(366)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(4.448)	(9.042)	(6.508)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	36.399	68.234	55.732

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte Mato-Grossense e Oeste Paraense - Sicredi Grandes Rios MT/PA

CNPJ/MF nº 37.442.605/0001-42

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2019	155.045	99.718	2.099	18.888	275.750
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	18.627	-	-	(18.627)	-
Outras destinações	-	-	-	(261)	(261)
Capital de associados					
Aumento de capital	9.757	-	-	-	9.757
Baixas de capital	(12.593)	-	-	-	(12.593)
Reversões de reservas	-	-	(2.099)	2.099	-
Resultado do período	-	-	-	55.732	55.732
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(2.248)	(2.248)
Juros sobre o capital próprio	8.720	-	-	(9.087)	(367)
Reserva de Expansão	-	-	2.248	(2.248)	-
Reserva legal - Estatutária	-	20.229	-	(20.229)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	3.790	-	(3.790)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	179.556	123.737	2.248	20.229	325.770
Mutações do Período	24.511	24.019	149	1.341	50.020
Saldos no início do período em 01/01/2020	179.556	123.737	2.248	20.229	325.770
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	19.019	-	-	(19.019)	-
Destinação para FATES	-	-	-	(1.000)	(1.000)
Outras destinações	-	-	-	(210)	(210)
Capital de associados					
Aumento de capital	12.960	-	-	-	12.960
Baixas de capital	(9.183)	-	-	-	(9.183)
Resultado do período	-	-	-	68.234	68.234
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(2.876)	(2.876)
Juros sobre o capital próprio	4.768	-	-	(4.881)	(113)
Reserva de Expansão	-	-	2.875	(2.875)	-
Reserva legal - Estatutária	-	25.881	-	(25.881)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	5.840	-	(5.840)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	207.120	155.458	5.123	25.881	393.582
Mutações do Período	27.564	31.721	2.875	5.652	67.812
Saldos no início do período em 01/07/2020 (Não auditado)	199.741	123.737	2.248	31.835	357.561
Capital de associados					
Aumento de capital	7.270	-	-	-	7.270
Baixas de capital	(4.659)	-	-	-	(4.659)
Resultado do período	-	-	-	36.399	36.399
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(2.876)	(2.876)
Juros sobre o capital próprio	4.768	-	-	(4.881)	(113)
Reserva de Expansão	-	-	2.875	(2.875)	-
Reserva legal - Estatutária	-	25.881	-	(25.881)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	5.840	-	(5.840)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	207.120	155.458	5.123	25.881	393.582
Mutações do Período	7.379	31.721	2.875	(5.954)	36.021

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte Mato-Grossense e Oeste Paraense - Sicredi Grandes Rios MT/PA
CNPJ/MF nº 37.442.605/0001-42

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	39.658	77.622	75.982
Resultado do semestre/exercício	36.399	68.234	55.732
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	3.259	9.388	20.250
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	2.274	7.286	15.800
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros ativos	255	(1.612)	1.676
Depreciação e amortização	3.545	6.387	4.901
Baixas do ativo permanente	66	198	162
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(5)	5	(41)
Destinações ao FATES	(2.876)	(2.876)	(2.248)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	5.775	52.850	(134.103)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	7.813	6.386	(17.466)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	152.122	(262.633)	(73.358)
Redução em relações interfinanceiras ativas	11.732	112	23
(Aumento) em operações de crédito	(402.221)	(433.082)	(301.274)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	49.879	163.651	13.243
(Aumento) em outros ativos financeiros	(22.053)	(22.207)	(22.165)
(Aumento) Redução em outros ativos	4.359	1.392	(22)
Aumento em depósitos	136.547	541.041	246.014
(Redução) em passivos financeiros	(1.083)	(729)	(388)
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(4.008)	(6.381)	(3.600)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(1.054)	(2.686)	(2.099)
Aumento em outros passivos	73.742	67.986	26.989
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	45.433	130.472	(58.121)
Aquisição de investimentos	(6.542)	(13.744)	(7.201)
Aquisição de imobilizado de uso	(3.896)	(10.518)	(12.100)
Aplicações no intangível	(1.031)	(1.767)	(1.013)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(11.469)	(26.029)	(20.314)
Integralização de capital	7.270	12.960	9.757
Baixa de capital	(4.659)	(9.183)	(12.593)
Juros ao capital próprio	(113)	(113)	(367)
Distribuição de Sobras	-	(1.210)	(261)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	2.498	2.454	(3.464)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	36.462	106.897	(81.899)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	232.913	162.478	244.377
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	269.375	269.375	162.478

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte Mato-Grossense e Oeste Paraense - Sicredi Grandes Rios
CNPJ/MF nº 37.442.605/0001-42

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	36.399	68.234	55.732
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	36.399	68.234	55.732

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte Mato-Grossense e Oeste Paraense - Sicredi Grandes Rios MT/PA ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Norte do Brasil - Central Sicredi Centro Norte ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 13/05/1992 e sede situada na Avenida Tancredo Neves, nº 586, 1º andar, Setor Sul, na cidade de Colíder - Mato Grosso. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2020, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.990 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 31 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explanativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 22 de fevereiro de 2021.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos e repasses interfinanceiros

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os repasses interfinanceiros estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata dia.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

p) Provisão para riscos civis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 07;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributária e trabalhista através de avaliações jurídicas. A avaliação do prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 17;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que uma ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

r) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

s) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	25.963	28.924
Relações interfinanceiras - centralização financeira em Cooperativa Central	243.412	133.554
Total	269.375	162.478

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2020 equivale a 98% do CDI (dezembro de 2019 - 99%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2020				31/12/2019	
	A vencer					
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total		
DI entre Banco e Cooperativa	-	5.963	7.738	13.701	20.087	
Total	-	5.963	7.738	13.701	20.087	
Total circulante				5.963	-	
Total não circulante				7.738	20.087	

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na adquirência e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Mantidos até o vencimento	31/12/2020				31/12/2019	
	A vencer					
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total		
Titulos de renda fixa - outros	359	4.900	1.281	6.540	-	
Cotas de fundos de renda fixa	77.517		-	77.517	73.358	
Cotas de fundos multimercado	251.995		-	251.995	-	
(-) Provisão de desvalorização	(4)	(57)	-	(61)	-	
Total	329.867	4.843	1.281	335.991	73.358	
Total circulante				334.710	73.358	
Total não circulante				1.281	-	

Os títulos de renda fixa - outros referem-se as cédulas do produtor rural (CPR), cujo valor de mercado é obtido a partir da curva de juros baseada nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3 e nos spreads de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação. As operações de CPRs são realizadas com os associados desde que garantidas pela cooperativa via instrumento de carta fiança, considera-se a garantia solidária e a natureza do sistema cooperativo Sicredi para definir um único spread para todas as contrapartes.

As cotas de fundos, registradas como carteira própria são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM e ANBIMA.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capital - ANBIMA.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2020			31/12/2019	
		A vencer			Total da carteira	Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	10.803	82.637	213.688	417.035	724.163	473.479
Financiamentos	1.222	36.621	135.945	281.639	455.427	346.214
Financiamentos rurais e agroindustriais	38	12.137	105.620	139.985	257.780	184.595
Total das operações de crédito	12.063	131.395	455.253	838.659	1.437.370	1.004.288
Avalis e fianças honradas	1.102	-	-	-	1.102	1.375
Devedores por compra de valores e bens	18	461	1.318	6.756	8.553	6.860
Títulos e créditos a receber	-	54.327	18.192	16	72.535	53.008
Total de outros créditos	1.120	54.788	19.510	6.772	82.190	61.243
Carteira total	13.183	186.183	474.763	845.431	1.519.560	1.065.531
Total circulante				674.129	591.998	
Total não circulante				845.431	473.533	

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
AA	-	45.398	-	-	-
A	0,50	624.289	329.207	3.116	1.646
B	1,00	562.713	435.693	5.622	4.356
C	3,00	172.816	185.220	5.184	5.557
D	10,00	42.202	43.550	4.220	4.355
E	30,00	16.030	20.088	4.809	6.026
F	50,00	8.039	10.779	4.020	5.390
G	70,00	9.148	11.033	6.404	7.723
H	100,00	38.925	29.961	38.925	29.961
Total		1.519.560	1.065.531	72.300	65.014

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução 4800/20 a provisão face à perda para as operações enquadrados no Programa Emergencial de Suporte à Empregos deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Cobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 436.314 (dezembro de 2019 - R\$ 459.467) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 27). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.45.85-8 – Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Outros Fianças Bancárias, e compreendem o montante de R\$ 11.228 (dezembro de 2019 - R\$ 11.861) conforme Nota 16.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2020			31/12/2019	
		A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	9.787	106.500	239.782	391.006	747.075	565.333
Rural	38	12.137	105.620	139.985	257.780	184.595
Industrial	161	2.680	3.674	12.234	18.749	10.579
Comércio	1.548	42.081	79.451	189.065	312.145	198.406
Outros serviços	1.649	22.785	46.236	113.141	183.811	106.618
Total	13.183	186.183	474.763	845.431	1.519.560	1.065.531
Total circulante				674.129	591.998	
Total não circulante				845.431	473.533	

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	84.646	5,57	61.264	5,75
50 devedores seguintes	105.049	6,91	84.061	7,89
100 devedores seguintes	100.869	6,64	84.368	7,92
Demais	1.228.996	80,88	835.838	78,44
Total	1.519.560	100,00	1.065.531	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	65.014	49.214
Constituição de provisão	79.062	65.088
Reversão de provisão	(48.586)	(35.776)
Movimentação de baixados para prejuízo	(23.190)	(13.512)
Saldo final	72.300	65.014

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	50.118	107.684	107.867
Financiamentos	24.927	49.106	36.881
Financiamentos rurais e agroindustriais	6.916	13.060	10.741
Outros	148	282	378
Subtotal	82.109	170.132	155.867
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	6.149	10.008	14.658
Total	88.258	180.140	170.525

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 56.769 (2019 - R\$ 33.091).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e créditos a receber (Nota 07)	72.535	53.008
Rendas a receber	3.754	3.423
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	8.553	6.860
Avalis e fianças honrados (Nota 07)	1.102	1.375
Operações com cartões	1.691	828
Devedores por depósitos em garantia	271	205
Total	87.906	65.699
Total circulante	80.863	60.239
Total não circulante	7.043	5.460

Os títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros valores e bens	12.293	11.239
Adiantamentos e antecipações salariais	472	208
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	255	1.266
Adiantamentos para Confederação Sicredi	1.228	1.214
Impostos e contribuições a compensar	503	639
Cotas de consórcio	2.173	2.608
Pendências a regularizar	629	215
Outros	851	795
Total circulante	18.404	18.184

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móvels, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	12.710	13.347
Imóveis	12.532	12.781
Veículos e afins	103	466
Máquinas e equipamentos	75	100
Despesas antecipadas	149	70
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(566)	(2.178)
Total circulante	12.293	11.239

b) Movimentação da provisão para desvalorização de bens não de uso:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(2.178)	(502)
Constituição de provisão	(412)	(1.920)
Reversão de provisão	2.024	244
Saldo final	(566)	(2.178)

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	13.124	9.965
Sicredi Participações S.A.	26.110	15.525
Outras participações e investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	39.235	25.491

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Número de ações/quotas possuídas	8.760.924 ON	6.776.600 ON	1	1	13.124.061	9.965.024
Percentual de participação	2,22%	1,98%	0,62%	0,62%	8,91%	7,90%
Capital social	1.178.211	969.491	161	164	147.298	126.127
Patrimônio líquido	1.222.087	989.638	334.310	312.950	154.771	131.820
Resultado líquido do exercício	38.149	6.514	21.363	60.259	1.182	764
Valor do investimento	26.110	15.525	1	1	13.124	9.965

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020		31/12/2019	
		Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	48.627	(16.828)	31.799	25.894
Imobilizações em curso	-	4.045	-	4.045	5.212
Terrenos	-	350	-	350	350
Edificações	4%	1.703	(229)	1.474	326
Instalações	10%	2.487	(573)	1.914	1.150
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	13.075	(4.667)	8.408	6.696
Móveis e equipamentos	10%	12.208	(4.016)	8.192	6.516
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	1.589	(490)	1.099	837
Equipamentos de processamento de dados	20%	12.414	(6.420)	5.994	4.301
Veículos	20%	756	(433)	323	506
Intangível		14.850	(8.728)	6.122	6.327
Investimentos Confederação		14.850	(8.728)	6.122	6.327

Os investimentos Confederação são valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para o intangível e referem-se aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2020				31/12/2019	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total	
Depósitos à vista	643.250	-	-	643.250	279.888	
Depósitos interfinanceiros	5.744	95.275	16.850	117.869	71.640	
Depósitos a prazo	1.568	252	483.636	485.456	354.006	
Total	650.562	95.527	500.486	1.246.575	705.534	
Total circulante				746.089	303.133	
Total não circulante				500.486	402.401	

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Repasses interfinanceiros	347.256	183.615
Recebimentos e pagamentos a liquidar	10	-
Total	347.266	183.615

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2020				31/12/2019	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total	
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	12.172	104.988	138.386	255.546	183.615	
Total - Recursos do Crédito Rural	12.172	104.988	138.386	255.546	183.615	
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	4.491	3.987	83.232	91.710	-	
Total - Outros Recursos	4.491	3.987	83.232	91.710	-	
Total	16.663	108.975	221.618	347.257	183.615	
Total circulante				125.638	123.139	
Total não circulante				221.618	60.476	

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 17/12/2030, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de outros recursos operam com uma taxa de 124,5% do CDI com vencimentos até 15/03/2027, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A. Sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	53	9.180	9.233	17.260
Total	-	53	9.180	9.233	17.260
Total circulante				53	8.079
Total não circulante				9.180	9.181

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES POR REPASSE

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDES	164	501	981	1.646	-
Total	164	501	981	1.646	-
Total circulante				665	-
Total não circulante				981	

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 19/10/2023.

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para garantias financeiras prestadas	11.228	11.861
Recursos em trânsito de terceiros	2.147	2.243
Total circulante	13.375	14.104

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 17 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2020		31/12/2019
		Provável	Não Provável	
Cível			93	88
Total não circulante			93	88
Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2020
Cível	88	10	(5)	93
Total não circulante	88	10	(5)	93

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 0, R\$ 0 e R\$ 371 (dezembro de 2019 - R\$ 5, R\$ 110 e R\$ 421), respectivamente.

NOTA 18 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Operações com cartões	74.593	53.576
Provisão para pagamentos a efetuar	5.541	4.882
Cotas de capital a pagar	4.865	4.098
Provisão para participações nos lucros	8.548	6.675
Fundo de assistência técnica, educacional e social	3.437	2.248
Impostos e contribuições a recolher	1.706	1.555
Credores diversos	9.555	4.700
Cheques administrativos	46.612	12.618
Cobrança e arrecadação de tributos	3	308
Pendências a regularizar	1.350	250
Total Circulante	156.210	90.910

As operações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojista.

NOTA 19 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	207.120	179.556
Total de associados	103.368	79.475

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 27.564 (2019 – R\$ 24.511), sendo R\$ 23.787 (2019 – R\$ 27.347) via integralização de resultados e R\$ 12.960 (2019 – R\$ 9.757), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 9.183 (2019 – R\$ 12.593).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 2,55% em Conta Capital, no montante de R\$ 4.881, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 45% para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;
- 5 % para a Reserva de Expansão; destinada ao apoio financeiro e as ações que possibilitem a expansão da cooperativa em sua área de atuação;

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal conforme definido pelo Conselho de Administração.

NOTA 20 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	78.044	63.183
Participação nas sobras	(9.042)	(6.508)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	69.002	56.675
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(27.601)	(22.669)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	24.350	17.632
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	1.952	3.635
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	354	426
Demais adições e exclusões previstas na legislação	177	33
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(768)	(943)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

NOTA 21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	13.701	20.087
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	335.991	73.358
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	243.412	133.554
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 08)	2.960	3.144
Outros ativos (Nota 09)	1.228	1.435
Investimentos (Nota 10)	39.235	25.491
Intangível (Nota 11)	6.122	6.327
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	117.869	71.640
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	347.256	183.615
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	9.233	17.260
Outros passivos (Nota 18)	69.307	52.562
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	8.767	781
Ingressos e receitas de prestação de serviços	17.263	17.694
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	6.048	13.612
Despesas		
Operações de captação no mercado	3.953	1.283
Operações de empréstimos e repasses	11.931	11.048
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 23)	3.310	4.573
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	20.595	20.246

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2020	% em relação ao total	31/12/2019
Depósitos à vista	472	0,07%	275
Depósitos a prazo	2.798	0,58%	1.918
Operações de crédito	4.514	0,31%	4.040

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2020	31/12/2019
Pessoas chave da administração	3.841	3.563

NOTA 22 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	14.491	28.104	24.920
Benefícios	5.500	10.891	9.099
Encargos sociais	5.856	10.831	9.417
Treinamentos	368	424	146
Total	26.215	50.250	43.582

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Água, energia e gás	1.402	2.598	2.175
Aluguéis	3.517	6.661	5.193
Comunicação	986	1.884	1.694
Manutenção e conservação	1.424	2.890	2.892
Material de expediente	728	1.374	1.236
Processamento dados	1.114	2.019	1.411
Promoções, relações públicas, propaganda e publicidade	2.716	6.162	5.356
Serviços do sistema financeiro	2.730	5.011	3.818
Serviços de técnicos especializados e de terceiros	6.299	9.890	5.196
Serviços de vigilância e segurança	1.440	2.789	2.302
Serviços de transportes	1.888	3.858	3.840
Depreciação	2.405	4.415	3.344
Amortização (Rateio Confederação)	1.140	1.972	1.557
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	1.054	2.686	2.637
Emolumentos e taxas diversas	472	1.103	1.285
Outras despesas administrativas	1.602	2.916	4.225
Total	30.917	58.228	48.161

NOTA 24 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de dispêndios - FATES	1.054	2.686	2.099
Recuperação de encargos e despesas	502	852	1.041
Ingressos depósitos intercooperativos	2.322	5.238	13.239
Reversão de provisões operacionais	1.551	2.158	1.981
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	3.472	7.235	6.967
Reversão de provisões para passivos contingentes	5	5	111
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	1.951	1.951	-
Outras rendas operacionais	1.249	1.459	289
Total	12.106	21.584	25.727

Os ingressos depósitos intercooperativos refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 25 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Descontos concedidos em renegociação e crédito	2.571	4.807	9.243
Contribuições Cooperativistas	71	143	138
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	846	2.126	2.394
Contribuição Confederação Sicredi	7.296	13.956	12.902
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	1.334	2.653	2.582
Encargos da administração financeira	1	3	72
Repasse Administradora de Cartões	-	230	554
Provisões para garantias financeiras prestadas	3.201	6.602	6.608
Provisões para passivos contingentes	-	10	70
Outras provisões operacionais	978	1.777	1.517
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	4.469	6.529	3.153
Risco operacional	443	875	733
Juros e comissões	-	3	37
Outras despesas operacionais	814	2.155	2.900
Total	22.024	41.869	42.903

NOTA 26 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes das destinações	36.399	68.234	55.732
Eventos não recorrentes	-	-	-
Resultado recorrente	36.399	68.234	55.732

NOTA 27 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2020	31/12/2019
Beneficiários de garantias prestadas	436.314	459.467
Total	436.314	459.467

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 28 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades têm como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alcadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantem o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite de risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alcadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 29 – ÍNDICES DE BASILEIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)		
Nível I (NI)	387.460	319.442
Capital principal - CP	387.460	319.442
Capital social	207.120	179.556
Reservas de capital	160.581	125.985
Lucros acumulados	25.881	20.229
Ajustes Prudenciais	(6.122)	(6.328)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.763.678	1.384.548
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	714	6.162
Margem de Capital	223.605	167.903
Índice de Basileia (PR / RWA)	21,97%	23,07%
Situação de Imobilização (Imob)	31.800	25.895
Índice de Imobilização (Imob / PR)	8,21%	8,11%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 30 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Sidnei Bremm
Diretor Executivo
CPF: 760.810.950-53

Edilson Mancine
Diretor de Operações
CPF: 700.142.139-15

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20